



ACÓRDÃO Nº299/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 2386/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Ana Paula Machado Andrade de Aguiar (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social - AADES
- 5- **Exercício:** 2012
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1131/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social - AADES. Exercício de 2012.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2012, da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, de responsabilidade da **Sra. Ana Paula Machado Andrade de Aguiar**, Presidente da AADES e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação à Sra. Ana Paula Machado Andrade de Aguiar**, Presidente da AADES e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
 - a) Ausência da relação de Profissionais admitidos;
 - b) Não encaminhou cópia do processo seletivo realizado no exercício;



ACÓRDÃO Nº299/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- c) Não encaminhou cópia das folhas de pagamento;
- d) Ausência de justificativas dos valores pagos na área de pessoal, tendo em vista que foi detectado que o valor do salário médio está incompatível com o mercado, de acordo com o artigo 11, §3º, da Lei nº. 3.583/2010;
- e) Ausência das cópias dos recolhimentos de tributos trabalhistas referentes ao exercício em análise;
- f) Não encaminhamento da relação, bem como da cópia de todo o processo, das licitações realizadas ou processo de dispensa ou inexigibilidade (artigo 12 da Lei nº. 3.583/2010).

- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro convocado Luiz Henrique Pereira Mendes, que votou pelo julgamento das contas como irregulares, multa à gestora e determinação ao CGE/AM para abertura de Tomada de Contas Especial.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Março de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição